

Agora, a batalha jurídica

“Quem acusou não pode julgar”. Será essa a primeira carta na manga da defesa de dois dos 18 parlamentares que estão na lista de cassações por recomendação da CPI do Orçamento. O advogado Walmor Giavarina, dos deputados do PMDB Cid Carvalho (MA) e Manoel Moreira (SP), anunciou que vai exigir o afastamento da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de todos os parlamentares que atuaram ativamente na CPI. “Eles já fizeram um pré-julgamento ao aprovarem a lista de cassações e agora vão repetir o que fizeram lá”, afirmou Giavarina. Entre eles estão o relator-geral da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE), e seu adjunto, Roberto Rollemburg (PMDB-SP). Até o deputado José Genoino (PT-SP), que não fazia parte da CPI, mas atuou na Subcomissão de Emendas deve sair, defende o advogado.

Giavarina informou que irá ao STF se essa primeira exigência não for atendida. O advogado anunciou também que vai “bater às portas do Supremo se nos negarem o amplo direito ao contraditório” e se o prazo para o direito de defesa for reduzido para 45 dias, conforme adiantou o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira. Giavarina já tem uma lista de testemunhas para apresentar, entre elas Marinalva, ex-mulher de Manoel Moreira, acusada pela CPI de má gestão de recursos públicos e que terá seu nome enviado ao Ministério Público para abertura de processo criminal. “Marinalva ficou uma arara com a CPI”, informou um

parlamentar paulista amigo de Moreira.

Notificações — Hoje, os 18 acusados por falta de decoro parlamentar aguardam com expectativa a reunião das mesas da Câmara e do Senado que expedirá as notificações. Só a partir do recebimento delas é que qualquer provisão jurídica poderá ser adotada. A partir da notificação será aberto o prazo de cinco sessões, o equivalente a uma semana e meia, para a apresentação da primeira peça de defesa. Também haverá prazo para instrução criminal e convocação de testemunhas. “Nenhum prazo pode ser inferior a 2 ou 3 meses, dependendo das novas diligências que serão solicitadas”, informou Giavarina. O advogado passou o dia elaborando a primeira peça de defesa dos acusados, na qual vai alegar a inocência dos clientes. “O orçamento questionado foi aprovado por todo o Congresso Nacional”, argumentou.

Também o advogado do deputado João Alves (sem partido-BA) poderá apelar para o STF se forem reduzidos os prazos de defesa na CCJ. “Vamos lutar até o fim” informou Antonio Carlos Osório.

O ex-líder do PMDB na Câmara Genebaldo Correia informou que escolherá hoje um advogado para “ir até as últimas consequências na luta pelo mandato”. O deputado acredita até em reviravolta na CCJ. “Se não houvesse possibilidade de alterações na Comissão de Justiça, o resultado da CPI iria direto ao plenário da Câmara. Não desistirei.”